

ATA DE AUDIENCIA PÚBLICA

Aos três (03) dias do mês de março de 2015, às 18h30min, se reuniram na Câmara Municipal de Colatina, diversas autoridades, representantes de entidades, representantes de Associações de Moradores e público em geral, constantes da lista de presença que integra a presente ata, devidamente assinada por todos, para a realização da Audiência Pública em atendimento as disposições da Lei Complementar Municipal número 079/14, e na oportunidade foram prestadas informações referentes a Operação do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do município de Colatina, para posterior licitação pública. A Audiência teve início e foi conduzida pelo mediador, Sr. Altemar Colen, que conduziu a composição da mesa de abertura convidando a frente às seguintes autoridades: O Prefeito Municipal de Colatina, Sr. Leonardo Deptulski; o Presidente da Câmara Municipal de Colatina, Vereador Jolimar Barbosa da Silva; o Secretário Municipal de Transito, Transporte e Segurança Pública, Sr. Renan Bragatto; o Diretor da Empresa MR Consultoria, Planejamento e Gestão, Sr. Mauro Lourenço. Terminada a composição todos se colocaram em posição de respeito para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Após a execução o mediador passou a leitura das regras da audiência, sendo: 1) Todos os presentes deverão assinar a lista de presença; 2) A duração da audiência publica deverá ser de duas horas, podendo ser prorrogada por até trinta minutos conforme a quantidade de perguntas que forem encaminhadas a mesa; 3) O Desenvolvimento da Audiência pública terá a seguinte dinâmica: a composição da mesa, fala das autoridades presentes, apresentação do Projeto Básico da Licitação do Transporte Coletivo Urbano, debate e encerramento; 4) Os interessados em formular perguntas deverão preencher o formulário a disposição na plenária, incluindo nome, endereço para correspondência, sendo que as inscrições serão encerradas após trinta minutos do início dos debates e deverão ser encaminhados por escrito a mesa; 5) As perguntas recebidas serão distribuídas aos integrantes da mesa para respectivo pronunciamento; 6) após todas as perguntas encaminhadas a mesa terem sido respondidas será aberto espaço para esclarecimentos orais sendo que o mediador cederá a palavra aos inscritos para perguntas conforme ordenação da inscrição; 7) Cada participante terá o tempo de até dois minutos para fazer a pergunta em contrapartida o comandante da mesa a que se referir a pergunta terá até três minutos para a

resposta; 8) Será encerrado o tempo de inscrição para intervenções orais após trinta minutos do início dos debates, devendo os inscritos fornecerem identificação e endereço para correspondência; 9) Não haverá votação de mérito na audiência pública; 10) A ata da audiência pública estará a disposição no site da Prefeitura Municipal de Colatina, www.colatina.es.gov.br, devidamente anexada a lista de presença e as perguntas por escrito ocorridas durante a audiência pública, em até dez dias úteis contados a partir do dia seguinte a realização dessa audiência pública. A seguir o mediador fez o registro da presença de várias autoridades, passando a seguir ao pronunciamento das autoridades: O Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública, Renan Bragatto, cumprimentou a população presente e fez um breve relato sobre a apresentação do projeto, informando que foi preparado pela empresa que venceu o processo licitatório, e que a mesma esteve presente no município por um período de aproximadamente seis meses coletando todas as informações necessárias para garantir que o transporte tenha uma acessibilidade mais abrangente no município, mantendo as características atuais e com características que possam ainda melhorar o sistema. A seguir o Presidente da Câmara Municipal de Colatina, Vereador Jolimar Barbosa da Silva, agradeceu a presença dos demais vereadores e destacou a importância do momento para a cidade e afirmou que o poder legislativo está disposto a acompanhar e apoiar o projeto. Dando prosseguimento o Prefeito Municipal de Colatina, Leonardo Deptulski, destacou a importância da audiência para definição de uma questão que há algum tempo a administração municipal vem acompanhando e trabalhando. Informou ainda que a base do edital consta na apresentação do projeto, numa etapa que faz parte também do cumprimento da legislação que é a audiência pública, também cumprimento de uma etapa legal no processo, que também tem o acompanhamento do Ministério Público e Judiciário, uma vez que há uma ação na Vara da Fazenda Pública, e que é um processo que está sendo construído com a participação do executivo, legislativo, judiciário e o Ministério Público, e a audiência pública dá a oportunidade de apresentar o estudo que é a base para o edital e as sugestões. E as questões colocadas na audiência pública farão parte de uma ata que vai compor o processo, que será analisada e na medida do possível, da compatibilidade, será incorporada no edital que será lançado para a nova concessão que será feita a partir da audiência. O Mediador então solicitou ao Sr. Mauro Lourenço, Diretor da Empresa MR Consultoria, Planejamento e Gestão, o início da Apresentação do Projeto Básico

de Licitação do Transporte Coletivo de Colatina, que apresentou elementos técnicos básicos para subsidiar a elaboração das propostas nos seguintes itens: 1) Características do município; 2) Malha rodoviária, sistema viário e trânsito; 3) Sistema de Transporte Coletivo – Rede urbana para início de contrato; 4) Dados para elaboração da proposta técnica; 5) Rede Futura; 6) Prazo para início de operação; 7) Condição do Edital. Após a apresentação o mediador novamente solicitou a composição de mesa técnica, para o início dos debates, formada pelos seguintes membros: O Prefeito Municipal de Colatina, Sr. Leonardo Deptulski; a Procuradora Geral do Município de Colatina, Dra. Santana Benezoli Simonassi; o Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública, Sr. Renan Bragatto; o Diretor da Empresa MR Consultoria, Planejamento e Gestão, Sr. Mauro Lourenço. A seguir, foi dado início ao debate através da leitura das perguntas: a primeira pergunta da noite foi direcionada a mesa, e foi feita pelo Dr. Fabrício Bragatto, Delegado Chefe do DPJ de Colatina, como segue: Vários critérios do projeto básico foram usados a média nacional. Gostaria de saber se o prazo de 20 anos para o contrato obedece a esse requisito? Sendo respondida pelo Sr. Mauro, que citou que essa informação em questão de média, foi colocada por ele e é o que tem sido visto com mais frequência e faz sentido, porque é interessante que seja duradoura entre o concessionário e a concedente, ou seja, entre o poder público, que representa os interesses da população e o operador, que representa também os seus interesses. Citou ainda que há uma coisa importante, que se vê muita preocupação em relação a esse prazo. Esse prazo é importante que seja longo o suficiente para dar estabilidade, mas ele não dá estabilidade a ninguém, porque se o operador não cumprir a contento cabe ao órgão gestor e ao poder público, suspender o contrato de concessão, é uma concessão para o operador que se operar legal, vai operar durante 20 anos. Isso dá segurança ao empresário, que se ele operar direito, de acordo com as ordens de serviço do poder público, ele tem até 20 anos, isso é muito desejado porque ele faz um investimento pesado em frota, em garagem, e se o contrato for de 10 ou 05 anos ninguém tem segurança para investir, e não pode ser inclusive um prazo menor que o prazo de depreciação de investimento porque se você tem um ônibus que vai admitir até 12 anos se for menos do que 12 você está naturalmente impedindo a depreciação do capital e está elevando a tarifa de uma maneira injusta até para o usuário. Agora, 18, 25 ou 30, o que tem sido visto é 20 anos, que é um número que parece ter sido considerado razoável em todos os

processos que a empresa tem acompanhado. Se é 20, 22 ou 28, é importante que dê ao operador segurança suficiente para ele fazer um investimento pesado e ter a convicção de que se ele operar dentro de acordo com o que o poder público estiver passando em ordens de serviço ele tem esse prazo, e também o poder público não pode simplesmente determinar e dizer que agora vai operar umas linhas de 50 quilômetros cada para atender 03 passageiros. Tem que fazer a conta, então o poder público, quando ele licita, ele tem o compromisso de garantir o equilíbrio econômico e financeiro, porque ele não pode exigir um serviço desproporcional ao contrato. A segunda pergunta do Sr. José Roberto Ronqueti foi direcionada ao Secretário Renan Bragatto: Tem projeto para ampliar os corredores exclusivos em outros pontos da cidade? O Secretário informa que há um projeto que já está em fase de conclusão pelo Governo do Estado, que é o projeto de Mobilidade Urbana do município de Colatina. É um projeto que está em estudo há aproximadamente um ano e meio e será entregue no próximo mês, aonde um dos critérios, os eixos desse projeto é a questão da Mobilidade Urbana no Transporte Coletivo. O projeto estruturante tem vários outros termos como local da terceira ponte, instalação da nova rodoviária, um deles é a definição desses novos locais e o que se pode melhorar no transporte coletivo. Então com certeza já tem alguns segmentos dentro desse projeto sobre a ampliação desses corredores. Lógico que todos conhecemos nosso município e não há como fazer milagre. Vai ser tudo dentro de uma lógica de investimento. A terceira pergunta foi feita pelo Sr. Otávio Jordão Sales da Silva, e foi direcionada para a mesa técnica: Para os alunos será mantido o valor de 50% do desconto na tarifa, ou haverá alteração após a licitação? O Secretário Renan respondeu informando que é óbvio que o que já é contemplado atualmente e que foi conquistado ao longo desses anos será mantido, não há porque alterar esse critério. A quarta pergunta foi feita por Valdinei Santiago, morador do Bairro Santos Dumont, direcionada a mesa técnica: o transporte executivo, conhecido como pinguim, será mantido com a licitação, ou ampliado? O Secretário Municipal Renan Bragatto respondeu afirmando que esse tipo de transporte será mantido dentro de uma lógica também de ampliação, como foi mostrado na rede futura ele poderá ser ampliado sem qualquer problema. A sexta pergunta foi feita pelo Sr. Marino Rodrigues, do bairro Santo Antônio: quais são os planos para que haja melhoria do transporte de passageiros? A resposta foi dada pelo Sr. Mauro, e o mesmo informou que mesmo com o tempo restrito, procurou passar para o plenário especificamente

dois pontos importantes: em relação ao transporte coletivo para o ônibus está se prevendo estações de integração, como exemplo: existirão linhas alimentadoras que vão até Maria das Graças, aí o usuário faz uma integração e não paga mais por isso, e pega um veículo maior que opera com um nível de conforto legal e opera mais solto dentro do corredor, porque ao invés de estar disputando espaço com todos os ônibus que chegam em Maria das Graças, é um ônibus só. Então ele vai andar muito mais depressa, lógico que dentro da velocidade de segurança mais ele vai operar com muito mais rapidez, conforto e racionalidade e assim transportando muito mais passageiros. Isso é uma coisa, a outra coisa que o Secretário colocou, e que é importante a participação de todos, é em relação ao Plano de Mobilidade, que vai trazer propostas mais abrangentes e de mais longo prazo de questões essenciais também para o transporte coletivo. A Sétima pergunta foi dirigida às autoridades responsáveis e feita pela Sra. Solange A. Boti: O que a população vai obter de benefício prático com a nova licitação? Haverá redução no tempo de espera nos pontos e maior conforto dentro dos veículos? Está previsto um novo projeto viário de exclusividade ao sistema? Tipo um corredor? A pergunta foi respondida pelo Secretário Renan, mesmo que uma parte dela já tenha sido respondida anteriormente, citou que, um dos benefícios que todos poderão observar também é a questão de algumas áreas que não são contempladas. Áreas de difícil acesso como Alto Maria Ismênia, o local conhecido como Morro Azul, próximo ao Carlos Germano Naumann, bairro Operário, serão contempladas agora com essa licitação. A Oitava pergunta foi direcionada às autoridades responsáveis e foi feita pelo Sr. Saulo Oliveira Araújo do Bairro José Anchieta: Se está previsto na licitação a renovação da frota do município? A pergunta foi respondida pelo Secretário Renan: sim, está prevista, sendo a idade máxima de 12 anos e a idade média da frota de 06 anos e meio. A Nona pergunta foi direcionada às autoridades e foi feita pela Sr.^aLeidiana Coelho Cardozo: Será garantida acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida, ou seja, estão previstas soluções que atendem às necessidades de idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais? A pergunta foi respondida pelo Secretário Renan explicando que a concessionária que hoje aqui opera já disponibiliza veículos com elevadores, cadeiras adaptadas para gestantes e pessoas com obesidade e dificuldade de locomoção, uma vez que há uma exigência envolvendo não só o município de Colatina, mas sim todo o Brasil, pois está prevista na Legislação Federal que a frota já venha de fábrica com essas adaptações para essa parte da

população. A décima pergunta foi feita pelo Sr. Roberto Carlos Caliaro do Sindirodoviários: Como será resguardada a situação dos trabalhadores do setor? Quais garantias serão dadas para os atuais trabalhadores? Sugestão: Sugere que se exija dos concorrentes um compromisso de contratação dos trabalhadores do atual Sistema. A pergunta foi respondida inicialmente pelo Secretário Renan: que essa questão parte para o lado jurídico e que tendo a possibilidade de se incluir no edital essa obrigação e a legalidade para que se absorva à empresa vencedora essa mão de obra já existente, nada mais justo que o município incluía essa regra para contemplar a população que hoje opera o sistema. A Resposta foi complementada pela Procuradora Municipal Dra. Santana Benezoli Simonassi: afirmando que juridicamente não se pode exigir isso, mas que pode sugerir no edital o aproveitamento dos trabalhadores que hoje já operam no sistema. Décima primeira pergunta foi dirigida ao Secretário Renan, feita pelo Sr. Eliemar funcionário da Câmara Municipal: A população de Colatina anseia por mais conforto no Transporte Público, sabemos que recentemente Cachoeiro de Itapemirim aprovou que fosse incluída no Processo Licitatório do Transporte Público urbano a exigência de que 80% da frota fosse contemplada com ar condicionados. Gostaria de saber se esta proposta de 80% da frota dos ônibus da empresa concessionária desse serviço público também estará no Edital de Colatina? A resposta foi dada pelo Secretário Municipal Renan Bragatto, dizendo que essa proposta não consta no nosso projeto básico como também não consta na nossa legislação que foi aprovada recentemente para a concessão, mas porém é uma proposta que pode ser analisada no decorrer do contrato a partir de sua viabilidade, ele pondera que o contrato tem que ter equilíbrio financeiro e para que isto ocorra existem três requisitos fundamentais, uma é o aumento de tarifa resultante do aumento do custo da concessionária com este tipo de operação, outra questão é a prorrogação do prazo contratual para compensar o volume do investimento na frota, a terceira questão é o caso de que em Colatina o Governo do Estado não subsidia parte da tarifa do transporte, como ocorre na cidade de Vitória pelo sistema do Transcol. Décima segunda pergunta foi dirigida ao Secretário Renan, feita também pelo Sr. Eliemar funcionário da Câmara Municipal: Se os bairros com vias públicas pequenas, estreitas serão contemplados com o micro-ônibus ou terão que se deslocar muito para utilizar o transporte coletivo como é hoje? A resposta foi dada pelo Secretário: algumas áreas de difícil acesso já serão contempladas inicialmente com micro ônibus de acordo com as regras

legais de segurança exigidos. A décima terceira pergunta foi feita pelos Vereadores Laudeir Cassaro e Jolimar Barbosa da Silva: A quantidade de micro-ônibus para atender as regiões de difícil acesso não é pequena considerando a topografia de nossa região? Existe região que nem micro-ônibus consegue acessar. Não haverá um meio de transporte alternativo tipo van? A resposta foi dada pelo Secretário Renan: que o plano de mobilidade urbana aponta para a alternância da frota, mas que inicialmente estas áreas serão atendidas por micro-ônibus sendo que a quantidade poderá sofrer alterações conforme a demanda. Décima quarta pergunta foi feita pelo Sr. Iracélio Lemes Coelho do Sindicato dos Bancários: Existe previsão para rede futura? Qual o ano? A Resposta foi dada pelo Secretário Renan: a rede futura como foi apontada aqui está indo de encontro com o que apontou o plano de mobilidade, esse plano vai ser entregue no mês de abril ao município que terá como próximo passo, após a licitação, estar providenciando as construções dessas estações para melhorar o sistema de transporte dentro de uma lógica com levantamento de custo, estrutura, se vai ser com recursos próprios, recursos do governo federal, do governo do estado, em fim apontando a dificuldade de melhoria no sistema de transporte público do município caso não sejam realizadas em curto prazo as adequações necessárias pela administração municipal, concluindo que essas adequações poderão ser iniciadas ainda este ano. A resposta foi complementada pelo Sr. Mauro que esclareceu que essa é uma questão que compete ao município mesmo, e que a intenção de fazer a licitação dessa forma e para justamente obter a oportunidade de definir a data ótima do ponto de vista do operador, da demanda do cidadão, do papel do poder público. Essa é uma questão muito importante, e como o Secretário falou, você não consegue operar o sistema futuro se não tiver estações e não consegue construir estações de integração sem dinheiro. Esse tipo de coisa tem que ser muito bem costurada e era o que eu estava sugerindo inclusive, que vai ser um momento de debate tão importante ou mais do que esse, o Plano de Mobilidade que está sendo concluído. É importante costurar essas coisas para definir o ano, ou seja, respondendo concretamente, não está definido não. Se não é coisa de curtíssimo prazo, também não é coisa para daqui uma década, com certeza não. Dois ou três anos no máximo. Mas isso é uma questão que cabe a comunidade definir. É fundamental essa discussão e mais, como é que viabiliza a implantação. O Secretário volta a esclarecer que para se trabalhar a Rede Futura precisa do projeto, e que vai ser feito um trabalho para que comece a ser

construído porque uma estação dessa, exemplificando: o plano de mobilidade só aponta a estação, mas como será a estação? O município tem que contratar, e qual o modelo e o custo da obra física e do projeto executivo? É uma série de requisitos e isso já vai começar a ser trabalhado esse ano para estar operando o mais breve possível. Décima quinta pergunta foi feita pela Sra. Joelma Lopes: Na rede atual nada vai ser feito para diminuir a superlotação? A pergunta foi direcionada para mesa e a resposta foi dada pelo Sr. Mauro: apontando que no ponto de vista técnico e previsto na licitação o limite para a superlotação é o de 06 passageiros em pé por metro quadro de área útil, porém ele prevê dificuldade na fiscalização e na operacionalização desse limite que para ele exige a necessidade de um esforço conjunto da população, do poder público e do operador, reforçando, porém que há parâmetro, um limite previsto na licitação que é de 06 passageiros por metro quadrado, ea partir dai vai para a pratica. Essa pratica é um exercício democrático de fiscalização, de população reivindicando e mostrando quando não acontece, de empresário trabalhando junto com a população e poder público, mas do ponto de vista de licitação há o limite de 06 passageiros por metro quadrado.

Décima sexta pergunta foi feita pelo Sr. Rogério Augusto de Paula: É possível definir procedimentos de medição e acompanhamento do nível do serviço prestado a população, bem como, penalidades em caso de descumprimento dos parâmetros estabelecidos? Respondida pelo Sr. Mauro: o Edital vai definir que tem que ser fiscalizado, tem que ser apurado, tem que haver na gestão e a quem compete à gestão, e no ponto de vista técnico sim, é perfeito e realmente possível de apurar com a precisão muito boa esses parâmetros, em especial o avanço da tecnologia. Décima Sétima pergunta foi feita pelo Sr. Rogério Augusto de Paula:

Considerando que a população de todas as classes utiliza o transporte publico, é possível definir no Edital, regras claras e transparentes para o calculo da tarifa dos transportes e que o cidadão seja informado com no mínimo 30 dias de antecedência sobre aumento de valores da passagem? Respondida pelo Sr. Mauro: Quanto aos parâmetros, a planilha faz parte do edital absolutamente transparente como tem que ser, inclusive isso é ate uma obrigação do poder público ser absoluto transparente ao construir sua planilha. A questão da divulgação do aumento já é contemplada na Lei que foi aprovada recentemente na Câmara a Lei da Concessão que fixa um prazo de 10 dias úteis para a divulgação do valor da tarifa. Décima oitava pergunta também foi feita pelo Sr. Rogério Augusto de Paula: O Poder Público pretende estabelecer regras para

deixar claro para a população como será o estabelecido o plano de mobilidade urbana, cumprimento da função social (empresa), economia, ambiental e cultural que integram o sistema viário do município? O Prefeito Leonardo Deptulski, responde informando que no plano que vai ser entregue no mês de abril - o Governo do Estado que está elaborando juntamente com a Prefeitura - estão ocorrendo algumas dificuldades para compreender os conceitos que nos estamos trabalhando e que nos aproveitamos do plano e dos estudos do plano. Foi um estudo mais aprofundado que a empresa fez, a empresa conseguiu fazer esse estudo no tempo porque ela já dispunha de outros dados, inclusive essa concepção das linhas troncais e das áreas para integração. Elas vieram do plano a partir de estudo de fluxo, expansão futura na cidade os loteamentos que já temos aprovados e que no futuro trarão modificações necessárias para o sistema. Então quando o plano for apresentando, vamos precisar de forma não de uma única apresentação, porque ela vai ter um impacto muito grande em cada região. Será necessário fazer nas regiões para que se compreenda essas mudanças. O Plano já vai trazer uma mudança significativa no trânsito porque vai reduzir o número de veículos que vão trafegar pela ponte e pelo centro e também vai trazer uma frequência maior nessas linhas troncais, ou seja nas linhas onde vão ter mais pessoas viajando nos teremos mais veículos confortáveis, que já vai ser uma mudança significativa. Décima nona pergunta foi feita pelo Sr. Gilberto Elias Batista: No caso de criação de novas linhas, serão necessárias novas licitações ou o vencedor incorporará essas novas linhas? A resposta foi dada pelo Secretário Renan: Não serão licitadas linhas, mas uma área urbana, então o município ele tem o poder de está extinguindo linhas ou até acrescentando linhas dentro desta área urbana, é uma criação, por exemplo, que acontece hoje dentro dessa área licitada que se surge um bairro ou até um percurso nos temos o poder cessionário de está permitindo que essas linhas passem a ser atendidas dentro desta área urbana. Vigésima pergunta foi feita pelo Sr. Vagner Silva Barbosa dirigida para a Comissão de Licitação: Está previsto no Edital o treinamento de motoristas e cobradores e também os demais trabalhadores do sistema? O Secretário Renan respondeu que esses treinamentos serão contemplados também no Edital, e que essa é uma obrigação/exigência. Vigésima primeira pergunta foi feita pelo Sr. Maurílio S. Januário da Viação São Roque dirigida para a mesa: Existe algum subsídio legal para custear as gratuidades criadas ou que venham a ser criadas pelo poder público? Hoje nosso município não existe subsídio, então hoje a nossa

implementação, algum aumento, a questão é toda no reajuste realizado na tarifa. Em Colatina ainda não existe nenhum subsídio para a tarifa até o presente momento. O Prefeito Leonardo complementou informando que como existe algum subsídio por parte do estado com os ônibus da grande Vitória, isso é uma questão que a sociedade precisa discutir porque quando tem subsídio isso interfere no valor da tarifa. Quando não tem subsídio, todo valor é rateado pelos passageiros, ele vai no custo da tarifa. Exemplo: os estudantes da grande Vitória, o custo dos 50% que não é cobrado não é rateado pelos demais passageiros. Ele é custeado pelo subsídio que o Governo do Estado paga diretamente as empresas. Então quando se compara a tarifa da grande Vitória é preciso levar em conta que lá tem o subsídio, porque senão quando se compara o preço por quilometro e por passageiro ele vai criar uma disparidade. Isso criou uma distorção no sistema, que é prejudicial as cidades de maior porte no interior, como Colatina, Cachoeiro, Linhares e São Mateus, que já tem um sistema público bastante complexo, mas que não tem subsídio do Estado para os mesmos direitos, como por exemplo os estudantes. Se os estudantes de Colatina tivessem o mesmo direito dos estudantes de Vitória, nossa tarifa poderia ser menos, porque o custo desse 50% não entrariam no custo da tarifa. Então essa é uma questão importante que precisa ser discutida Vigésima segunda pergunta feita pela Sra. Maria do Carmo direcionada para o Prefeito: Porque o município demorou tanto tempo para fazer essa audiência Pública deixando a empresa atual mantendo o preço das passagens muito altas em vista de outros municípios? No Espírito Santo nossa tarifa é a mais cara. E porque não há possibilidade de duas empresas para que haja redução na passagem para o consumidor ser menor? A resposta foi dada pelo Sr. Prefeito: existe uma ação que corre na Vara da Fazenda Pública e todos os passos estão sendo informados, foi contratado uma empresa, a empresa que fez os estudos, precisava de um tempo para fazer estudos técnicos como foi visto fala do Mauro, e a empresa está bastante embasada em dados técnicos para fazer um bom projeto, então neste caso é importante para que seja dada transparência. Enquanto não tínhamos os dados fechados pela empresa não havia como ser feito a audiência pública. Hoje tem informações para serem passadas, a empresa esta fechando o projeto básico e agora nós estamos licitando. Uma questão importante que foi colocada pelo Sr. Mauro é porque fazer em bloco único, e ele comparou Colatina, com São Paulo, com grande Vitória , e pela população e o tamanho da nossa frota a eficiência não recomenda que haja

divisão se fosse uma cidade de 500 ou 600 mil habitantes ai sim seria mais eficiente dividir. Porém as empresas podem participar de maneira isolada ou elas podem participar através de consórcios, então pode ter mais de uma empresa. Para que se tenha hoje um sistema único, por exemplo, duas empresas que operam elas precisaram criar um consórcio, o COBE, para poder fazer a integração, se não isso não seria possível. Por isso se trabalha com uma área única para que se possa ter uma tarifa, e ter a possibilidade de integração. Com esse conceito novo, mais do que nunca, vamos precisar da integração que será diferente do modelo do Transcol porque na grande Vitória é diferente e aqui já temos um sistema integrado funcionando diferentemente de quando se pensou o Transcol. A Procuradora Geral do Município, Dra. Santana Benezoli, lembrou de uma questão importante: Vamos encerrar agora com essa licitação, uma etapa onde a prefeitura operou com as empresas através de uma permissão que foi dada, tendo em vista uma Lei Municipal, que não tinha o detalhamento que nós temos hoje na Lei que foi aprovada na Câmara e no Edital que vai ser lançado. Com isso a Prefeitura passa a ter bases legais para cobrar muito mais do que ela tinha antes quando não se tinha todos os elementos e também não tinha o conhecimento que a cidade vai ter, porque o edital é publico e as regras serão de conhecimento público. A licitação será um grande avanço porque terá regras claras e como foi colocado pelo Sr. Mauro, com uma planilha que será o marco zero e que a partir daí se possa ter um acompanhamento melhor também do calculo das novas tarifas e de como o processo vai se desenvolver. Vigésima terceira pergunta feita pelo Sr. José Antônio Becalli: Porque a empresa não pode pegar os passageiros no centro do Bairro Honório Fraga e passar por São Silvano? Porque o motorista particular não pode andar sem cinto e no ônibus pode, inclusive na BR Federal com até 90 pessoas, adultos, crianças em pé, sentado e sem o cinto, se não tem vaga para o ônibus parar, para embarcar ou desembarcar? A pergunta foi respondida pelo Secretário Renan, a questão da empresa responsável pelo ônibus do Honório Fraga não passar por São Silvano é uma questão contratual, porque quando foram feitas as concessões, as permissões tem contratos, então a empresa que opera o Bairro Honório Fraga o contrato dela é operar aquela linha. Justamente a apresentação foi feita no sentido da necessidade da criação da rede futura que são as estações. Então com as estações e a integração, o passageiro que hoje está no Honório Fraga ele está dentro da estação e que vai deslocar para São Silvano e para outros bairros ao

custo zero, e que recentemente foi zerada a integração no nosso município, então hoje, com a rede futura esse problema será sanado. Quanto a questão do cinto, é questão de legislação Federal. Hoje nós não temos obrigatoriedade através do código de trânsito, deter essa exigência dentro dos ônibus como transporte coletivo. Vigésima quarta pergunta foi feita pelo Sr. Samuel de Sousa dos Santos do Bairro Colatina Velha: tomando por base o que já temos implantado em nossa cidade como: bilhetagem eletrônica, integração, linhas, sistema de monitoramento. Quais exigências serão feitas para essa licitação? A pergunta foi respondida também pelo Secretário Renan: todas essas que já existem, mais as questões que são aplicadas hoje na Legislação Federal. Também como a questão que foi colocada como idade de frota, serão compostas nessas exigências além das que existem hoje. Vigésima quinta pergunta feita pelo Sr. Willian Gama Cruzio do Bairro Ayrton Senna: O sistema de previsão de horários de chegada dos veículos nos pontos de ônibus através dos monitores e pela internet é muito importante para o usuário. Isso será mantido? A pergunta foi respondida pelo Secretário Renan: Sim. Tudo que foi contemplado atualmente será mantido na licitação. Vigésima Sexta pergunta foi dirigida as autoridades pela Sra. Adriele Bruna Ribeiro da Associação de Moradores de Maria Ismênia: Gostaria de saber se o prazo de 120 dias no máximo é o prazo para que a linha no nosso bairro entre em funcionamento? A pergunta foi respondida pelo Secretário Renan: o estado estará cotando o Edital e a empresa vencedora terá cumprir, a partir do momento que ela vencer o certame (a licitação), será obrigado a cumprir esse prazo para está operando o que foi apresentado na Audiência. Após o encerramento do momento destinado as perguntas escritas, foi aberto o espaço para as intervenções orais: A primeira pergunta foi para o Secretário Municipal Renan Bragatto e foi feita pelo Sr. Jerônimo Seidel, que questionou se o Plano de Mobilidade já foi encaminhado a Empresa do Sr. Mauro. O Secretário informou que alguns dados sim, já foram inclusive usados para comporem a apresentação do Projeto Básico. O Sr. Jerônimo ainda questionou se com relação a descentralização de hospital, prefeitura, se isso tudo foi colocado? O Secretário informou que o Plano levanta vários temas, porque hoje todas as necessidades de serviços estão concentradas na região central e uma das características principais que ele aponta é a necessidade da retirada da rodoviária do centro da cidade. As questões como hospitais e outros departamentos, são apontadas mais de uma forma menos agressiva no primeiro momento, até porque tem o custo. O Plano fala da

necessidade, mas tem a questão de locais, que ele não aponta. Mas aponta a necessidade de se pensar no futuro em novos locais para a prestação desses serviços. O mediador mais uma vez informou que cada pessoa em dois minutos para formular a pergunta e a mesa tem três minutos para responder. A próxima pergunta foi pelo Sr. José Antonio Becalli ao Secretário Renan, que questionou porque o Plano não foi feito em conjunto com as comunidades e que elas são as usuárias dos ônibus, e deveria ter mais informações para serem levadas as comunidades, pois hoje em dia existem muitos boatos que as autoridades presentes na Audiência poderiam ter realizado reuniões centralizadas em comunidades. Citou que foi uma falha e que será cobrado pela comunidade por estar presente. O Secretário respondeu que o Gabinete do Prefeito e a Secretaria de Transito, Transporte e Segurança teve o cuidado de fazer o convite a todas as comunidades e, além disso, que os convites fossem registrados e assinados. Todas as comunidades foram convidadas a estarem presentes para participar. Não há tempo hábil para que se discutir o projeto em cada comunidade, até porque são questões técnicas levantadas e não caberia uma peculiaridade para cada comunidade e sim para uma área urbana em todo o município. A pergunta seguinte foi dirigida ao Secretário Renan Bragatto e foi feita pelo Sr. Adnelson Pinto da Silva: Sou morador do Córrego do Ouro a 30 anos, e há 02 anos estamos lutando para sermos atendidos pelo ônibus, inclusive o secretário disse pessoalmente que o ônibus ia subir na Carroceria Nacional, ia até a Pracinha e descer pelo mesmo, mas porque não subir pela carroceria e descer próximo a Igreja, sendo que só tem 300 metros para ser asfaltado, porque não descer ali e ao invés de beneficiar só o Morro Azul, beneficiar todo mundo. O Secretário informa que a principio quando foi feito o estudo naquela região, um dos locais seria extremamente favorável não só a comunidade daquela região, que o trajeto fosse esse, só que mesmo, não pelo fato de ser paralelepípedo, mas pelo fato do declive, quando foi realizado o estudo naquela região verificou-se que não tem ônibus com estrutura que consiga fazer aquela descida sem que haja uma colisão traseira a partir do momento que ele realize aquele declive. Mas futuramente, uma questão de engenharia, se tiver a possibilidade de haver alguma melhoria na via, não vê porque não estar atendendo a comunidade daquela forma. A próxima pergunta foi feita pelo Sr. Iracélio Lopes: Aproveitando a fala do Prefeito que disse que o respeito tem que ser pelas pessoas e não pelos carros, eu acho que deveríamos começar a respeitar o usuário do transporte público de Colatina e

quando o futuro de não vem, que vai vir de três a dez anos, o que se falou aqui das questões praticas que o que está sendo licitado, basicamente não vai alterar muita coisa em numero de ônibus, eu gostaria de perguntar ao Sr. Mauro, quanto representa seis metros em pé, porque ficou muito vago para todos, num ônibus quantas pessoas em pé isso representa? E a Segunda pergunta também uma questão pratica, de um ônibus que sai com destino aSão Silvano, Santo Antônio, sai do Gurizão lotado no horário de pico, chega na Avenida Delta e fica de 10 a 15 minutos, com passageiros e lotados, e nós que conhecemos o sol colatinense sabe como isso é doloroso. Só quero saber se vai continuar da mesma forma? A primeira pergunta foi respondida pelo Sr. Mauro: o limite que vai ser admitido nessa licitação é seis passageiros por metro quadrado, ou seja, num espaço, dentro do ônibus para passageiros em pé, na área limpa, você imagina um quadrado de um metro por um metro, admite-se seis pessoas ali dentro, no máximo. É confortável isso? É meio incomodo, não é tão incomodo como os oito passageiros por metro quadrado que se admite em São Paulo. Isso no horário de pico e fora desse horário no máximo dois. Á área disponível é só fazer a conta da metragem e ai varia de veículo por veículo. O que está se admitindo é no máximo seis passageiros por metro quadrado. Isso é uma forma difícil de ser fiscalizada e praticada e as vezes não da pra impedir que mais passageiros entrem, é difícil mas é um parâmetro e isso é importante, quando tem um parâmetro pode-se aprimorar e mudar para que seja só três por metro quadrado, o que vai dobrar o conforto. Isso tem um custo, então o que é importante é a interação da população como está sendo feito neste momento, com o poder público para dizer que está disposto a pagar mais e quero mais conforto. Esse é o termômetro que vem da pratica da democracia, interagindo as partes no sentido que chegar ao ponto de equilíbrio. O importante é que se está estabelecendo um parâmetro que pode ser melhorado e vem da reivindicação da população com o poder público, que nada mais é do que o representante da população. Então o processo pode ser aperfeiçoado ao longo do tempo. O Secretário Renan respondeu a segunda pergunta: Nessa questão como o próprio edital vai contemplar, existirão regras mais claras quanto a fiscalização dessas lotações, e uma questão que também serão contempladas com as áreas futuras e sabemos de um grande problema que existe, exemplo: pessoas que moram na Ponte do Pancas e reclamam que só sentam no ônibus quanto passa do Carlos Germano Naumann, e não há hoje forma de impedir isso. Com as estações de integração será possível melhorar a

circulação do transporte. Próxima pergunta feita pelo Sr. Rogério Augusto de Paula e direcionada ao Secretário Renan: Quero agradecer o convite à nossa comunidade, para estamos participando. É possível que o Edital trague um dispositivo obrigando a empresa concessionária a publicar regularmente planilhas com dados referentes aos cálculos das tarifas, custos operacionais e as receitas aferidas no período, bem como fornecer ao Poder Público e deixar a disposição do cidadão para monitoramento desses cálculos, desses custos e também fiscalização da frota, inclusive das passagens, considerando também se for bilhetagem eletrônica, e o objetivo é o acompanhamento dos índices para reajustes das futuras passagens. O Secretário Renan responde informando que hoje o reajuste é feito pelo município através do Conselho Municipal de Transportes, que é composto por membros do município, de entidades, de membros da sociedade. E no próprio edital que será divulgado irá compor todos os custos e dados. E a Secretaria como espaço público está aberta para qualquer cidadão que queira estar acompanhando todos os processos que são realizados e estão disponíveis. Próxima pergunta foi feita pelo Sr. Sérgio Mota: Foi feita alguma pesquisa com relação aos bairros que necessitam de mais horários de ônibus e se foi feita, quando serão supridas as demandas depois da licitação, ou a comunidade terá que se mobilizar? O Secretário informou que a questão de horários será sempre discutida através de diálogos entre município e comunidade. O Que sempre foi feito através de participação em reuniões. Porque a cidade e os bairros crescem, então essa é uma questão que será discutida eternamente, mas o próprio edital prevê o estudo de horários. O Prefeito Leonardo conclui que o importante para todo mundo é saber que horário de ônibus tem a ver com tarifa. O ideal seria que tivesse para todos os bairros horários com maior frequência para dar conforto para todos, porém o calculo da tarifa é feita com base no índice de passageiro por quilometro. Então se em certo horário o ônibus roda com duas pessoas e ele roda dez quilômetros, no final do ano quando for calculara tarifa, esses dez quilômetros que ele rodou com essas duas pessoas, vai onerar/elevar o preço da tarifa. Por esse motivo quando se discute transporte, isso tem que estar integrado com a política de expansão urbana. Por exemplo: Se o bairro que você mora, se houvesse mais projetos habitacionais que aumentassem a população, se dobrasse, com certeza poderia se colocar mais horários porque haveria mais passageiros viajando de lá para cá. Por isso existe o cuidado ao aprovar novos loteamentos pequenos e mais distantes porque isso acaba

dificultando para quem mora nesse local, e também se colocar muitos horários isso acaba criando uma pressão na tarifa. Isso vai ser uma questão de permanente negociação para atender a comunidade. A pergunta seguinte foi feita pelo Vereador Mário Pinto que parabenizou pelo Projeto Básico e a contemplação do Bairro Operário e Alto Vila Nova, mas também gostaria de deixar registrado o pedido dos moradores do Bairro Residencial Nobre, ligando o Residencial ao bairro Vila Lenira, uma rota entre um bairro e outro e ainda dizer que, hoje esperava ouvir se o preço da passagem vai ser menor que o atual, já que Colatina tem um dos maiores preços de passagens e também preocupou quando Sr. Mauro disse que o tempo de espera é de 60 minutos, foi dito uma média de 60 minutos, então se hoje já se espera muito, imagina mais 60 minutos. Então gostaria de saber se dentro do projeto básico o preço pode ser menor? Outra questão é com relação ao tempo que a pessoa espera entre um ônibus ou outro. Como houve um aumento da população e de carros dobrou o tempo da pessoa fazer a transposição de um ônibus para o outro. O Sr. Mauro explicou que disse que o que estava sendo previsto em alguns locais era um intervalo máximo de 60 minutos. Se o intervalo máximo é de 60 minutos, quando o intervalo tem esse tempo o tempo médio de espera é 30, porque tem gente que chega assim que o ônibus chega, ou seja, ela esperou zero, e tem gente que infelizmente espera 60. Então em média é 30 minutos. Isso não é bom nem confortável, mas como já foi dito, se pudesse colocar de 05 em 05 minutos e isso não representasse que ia ter que multiplicar a frota por seis e o custo também por seis, seria ótimo. Tenta-se com isso justamente estabelecer ponto de equilíbrio e esse ponto de equilíbrio é a interação que acabou de ser falada, entre a comunidade e a prefeitura para achar o ponto de equilíbrio certo. Teoricamente se pegaro quadro apresentado, dos intervalos, e dividir por dois provavelmente multiplica-se a tarifa por dois. E foi colocado no questionamento que a tarifa é cara, então essa é a dificuldade, achar o ponto razoável e, e importante haver a interação para que o processo seja feito de forma aberta e transparente do jeito que a Prefeitura está querendo fazer. Quanto a segunda pergunta respondeu: a maneira de fazer a licitação é a seguinte: os licitantes, os concorrentes vão oferecer uma tarifa. Terão uma planilha base e vão oferecer descontos sobre essa planilha. Isso será o melhor preço, e ai vão também oferecer condições técnicas de presta o serviço, então a tarifa no final das contas e proposta pelo licitante e certamente vai ser menor do que a padrão, ou seja ao oferecer desconto vai ser menor do que a atual. O

Mediador informa que ainda existem três perguntas inscritas e faltam nove minutos para o encerramento da Audiência. Próxima pergunta feita pelo Sr. João Batista: informou que gostaria de ouvir comentário sobre a mesa com relação ao emplacamento dos ônibus, que gera receita para o município e pergunta: Se uma empresa do Rio de Janeiro ou São Paulo trouxer 300 ou 400 ônibus para Colatina emplacado com São Paulo ou Rio, gostaríamos de ouvir algum comentário sobre o assunto. O Prefeito Leonardo cita que foi bem lembrado porque isso gera receita para o município porque todo carro emplacado na cidade, 50% de IPVA fica na cidade, então é prudente que seja colocado que a empresa vai emplacar os carros em Colatina para que a receita de IPVA venha para a cidade. Passando para mais uma pergunta feita pelo Sr. Eliamar Vasconcelos que dirigiu a pergunta primeiramente para o Secretário Renan e para o Sr. Mauro: A primeira situação é questão dos usuários. Citou que o Sr. Mauro se referiu a São Paulo e depois a Goiânia, a população bastante diferente de Colatina. Que ele colocou média por metro quadrado de seis aqui e em São Paulo oito. Meio desproporcional os cálculos. Então o Sr. Eliamar solicita que baixem a média daqui para quatro por metro quadrado. Metade do que SP que tem 15 milhões de habitantes, um pouco menos do que Goiânia que tem pouco mais de 1 milhão, e Colatina tem 120 mil. Fala ainda de outro aspecto: as linhas que irão ser licitadas são as que foram mostradas e que a lei orgânica do município a partir do artigo 155, diz com relação a toda situação de comanda do transporte público em Colatina, as linhas a serem criadas após essa licitação deverão ser sim licitadas, não é porque estão naquela área que serão criadas linhas e colocadas dentro da área não, então mudem a lei orgânica. O Sr. Mauro respondeu informando que pedirá ao secretário que complemente a resposta com relação a licitação. Com relação ao passageiro por metro quadrado seria muito bom se pudesse ser trabalhado com dois ou com um por metro quadrado ou com todo mundo sentado. Mas a comparação que foi feita não foi de tamanho da população, foi de conforto, ou seja, o passageiro de Colatina tem o mesmo biótipo do passageiro do Rio Grande do Sul, ou o de Manaus, e se cabem seis no metro quadrado cabem seis no metro quadrado. Mas a sugestão foi importante e vamos simular uma situação um pouco mais confortável e ver qual o impacto que dá na tarifa. Porque isso gera o impacto. Mas o compromisso será simular para ver o impacto. A complementação da resposta foi feita pela Procuradora Geral do Município, Dra. Santana Benezoli Simonassi que citou que com relação a questão prevista na Lei

Orgânica, a empresa encaminhará para a Prefeitura a minuta do Edital e evidentemente que o edital será analisado em relação a nossa legislação e o que não estiver adequado vai ser adequado a legislação vigente. A última pergunta da noite foi inscrita pela Sra. Joelma Lopes, que segue: Ainda falando da lotação de seis pessoas por metro quadrado: o Senhor que respondeu que é confortável já experimentou? A simulação pode ser feita agora em tempo real, contando o fato de que tem uma mulher na mesa de autoridades? Falando como mulher, em um ônibus lotado, seis pessoas por metro quadrado, estou insistindo porque é importante e foi um projeto feito para a população e sem a participação da população igual já foi dito. Já que são representantes público porque a população não pode participar? Ser feito uma pesquisa com mulheres que sofrem no dia a dia com a superlotação, que saem de manhã e voltam a noite pra casa sujeitas a ônibus superlotados, então desafio que façam a simulação contando o tamanho de cada pessoa, peso, bagagem de mão e o calor colatinense. Eu sei que o estudo foi feito com dados técnicos mas foi feito para seres humanos e trabalhando, então tirando a base média de uma pesquisa técnica tem que ser pensar primeiramente na pessoa, no trabalhador e no ser humano. O Sr. Mauro respondeu citando que está muito bem colocado, mas que gostaria de se explicar melhor: que quando falou que simulação não quis simular o espaço e colocar pessoas. A conta será feita com quatro passageiros por metro quadrado para ver quando da de impacto na tarifa e isso é uma questão fundamental e importantíssima. A pergunta é fundamental. Quanto é que a população está disposta e pode pagar para ter conforto? Se a população pudesse pagar 10 reais de tarifa para só viajar sentada seria perfeito, viajar sentado e com ar condicionado. Essa é que é a situação e o que se entende por participação popular no sentido de como é que se faz pra calibrar. Para serem seis passageiros por metro quadra custa 2,25, se pra serem quatro por metro quadrado vai custar 3,00 reais qual que se escolhe? Temos alternativa se conseguir um subsidio e de alguém pagar a diferença? Se tiver ótimo. Mas a colocação é fundamental. O termo simulação utilizado foi para se fazer a conta de quanto se custa com seu sou quatro por metro quadrado. E se a tarifa for compatível com a população, se for quanto mais conforto melhor. O mediador informa que a Ata da audiência estará disponível no site www.colatina.es.gov.br e passou a palavra ao Prefeito Municipal de Colatina, Sr. Leonardo Deptulski, para o agradecimento final. O Prefeito agradeceu a todos e a todas que sedispuseram

a estar presentes e fazer esse importante debate que é exatamente a oportunidade de participação da sociedade. Agradeceu a Câmara Municipal de Colatina, Vereador Jolimar Barbosa da Silva, Presidente e todos os vereadores presentes que participaram ativamente. Agradeceu a toda equipe da Prefeitura Municipal de Colatina que se dedicou, em nome do Secretário Renan Bragatto, ao Sr. Mauro Lourenço em nome da equipe da Empresa MR Consultoria, que está elaborando o estudo e de maneira especial agradeceu a todas as lideranças e pessoas da sociedade que participaram e que sem dúvida enriqueceram o processo que está em fase de conclusão. Assim, nada mais havendo para ser discutido, foi encerrada a Audiência Pública em atendimento as disposições da Lei Complementar Municipal número 079/14, que teve duração de 2h39min.